

CPI receberá dados sigilosos. Dilma é convocada para falar sobre dossiê



Marisa Serrano anuncia acordo sobre funcionamento da CPI dos Cartões Corporativos. Na Comissão de Infra-Estrutura, Ideli Salvatti protesta contra convocação de Dilma Rousseff, considerada regimental por Marconi Perillo

Governo e oposição fecharam acordo ontem sobre o futuro da CPI Mista dos Cartões Corporativos. Entre os pontos acertados, está o recebimento, pela comissão, de informações do Tribunal de Contas da União levantadas em auditorias feitas nas contas do governo, inclusive dos chamados "anexos sigilosos". Na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a oposição aprovou nova

convocação da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, desta vez para falar sobre denúncia de que foi preparado dossiê a respeito das contas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Os líderes Romero Jucá e Ideli Salvatti anunciaram que recorrerão ao Plenário para evitar a convocação, que, segundo Demostenes Torres, pode ser transformada em convite. **Página 3**

MPs limitam o atendimento a pedidos de prefeitos

Na abertura da 11ª marcha dos prefeitos, o presidente do Senado lamentou que pauta trancada por medidas provisórias (MPs) impede Congresso de aprovar leis reivindicadas pelos municípios. Solução para precatórios é apresentada por Valdir Raupp. **Página 4**

Petrobras não confirma megacampo

Convidados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir a divisão dos *royalties* pagos a estados e municípios, diretores

da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e da Petrobras recuam no anúncio de campo gigante de petróleo na bacia de Santos. **Página 5**



Presidente da CAE, Mercadante (E), ao lado de Haroldo Lima, diretor-geral da ANP, e de Guilherme Estrella, da Petrobras

LDO chega ao Legislativo com mínimo de R\$ 453 em 2009

Superávit fiscal de 3,8% e crescimento do produto interno bruto de 5% são outras previsões do texto do governo. **Página 6**

Congresso vota mais 97 dispositivos vetados

Os parlamentares votaram ontem vetos presidenciais a 34 projetos de lei. No total, 97 dispositivos foram definitivamente analisados. **Página 6**

No Senado, presidente da Índia prega cooperação

Em Plenário, a presidente indiana Pratibha Patil sugeriu crescimento com inclusão social e maior comércio bilateral. **Página 4**

O bicentenário do Poder Judiciário independente no Brasil foi comemorado ontem por senadores e deputados

Jane Araújo



Garibaldi Alves (quarto à direita) presidiu a sessão especial de homenagem

Ellen Gracie recebe condecoração do Congresso Nacional

O presidente do Congresso, Garibaldi Alves, condecorou ontem a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, com a Ordem do Congresso Nacional. Admitida no grau da Grã-Cruz, ela recebeu o diploma relativo da comenda das mãos do presidente da Câmara e chanceler da Ordem, Arlindo Chinaglia.

A condecoração ocorreu durante sessão do Congresso para comemorar o bicentenário do Poder Judiciário independente no Brasil. Garibaldi destacou que o Judiciário é hoje “indispensável à vida política e ao convívio social no Brasil”.

O senador Marco Maciel (DEM-PE) mencionou fatos fundamentais da formação do Judiciário para assinalar os avanços de cada momento – como o início da atuação desse Poder no exame da constitucionalidade das leis e a adoção de instrumentos de

proteção aos direitos e garantias individuais, como o *habeas corpus* e o mandado de segurança.

Já Ellen Gracie ressaltou a importância do Judiciário no contexto das instituições asseguradoras do Estado de Direito.

A solenidade contou com a presença do presidente eleito do STF e presidente do Conselho Nacional de Justiça, Gilmar Mendes; do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Humberto Gomes de Barros; do presidente do Superior Tribunal Militar (STM), tenente-brigadeiro-do-ar Flávio de Oliveira Lencastre; do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Rider Nogueira de Brito; do vice-presidente do STJ, Cesar Asfor Rocha; e do vice-presidente do STM, José Coêlho Ferreira. Também participou, entre outros, Marisa Campos Gomes da Silva, esposa do vice-presidente da República, José Alencar.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pauta do Plenário continua trancada

A sessão plenária, às 14h, é deliberativa. A pauta continua trancada por cinco medidas provisórias (MPs) e pelo projeto de lei de conversão (PLV) que visa dar novo prazo à aposentadoria especial de trabalhador rural empregado.

Garibaldi recebe auditores da Receita

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, entre outros eventos, participa, às 10h30, de reunião com prefeitos; e às 13h30 de almoço em homenagem à presidente da Índia. Às 15h, recebe a visita da presidente do Sindicato dos Fiscais do Trabalho e de Auditores da Receita Federal.

Política de abastecimento

Às 8h45, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) vota projeto que institui a Política Nacional de Abastecimento. Dos outros 19 itens em pauta, 18 são projetos de decreto legislativo que tratam de concessões de funcionamento a emissoras de radiodifusão.

Uso de energia solar

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne às 11h. Entre os nove projetos em pauta, está o que incentiva a utilização de energia solar em todas as edificações, públicas e privadas, e cria mecanismos de financiamento para a adoção dessa tecnologia em edifícios de uso coletivo.

Recital

Na Biblioteca do Senado Federal será realizado, às 18h30, o recital da cantora lírica Denise Tavares, em comemoração ao Dia Mundial da Voz.

Salão Azul

A Ala Senador Antonio Carlos Magalhães, no salão azul, será inaugurada às 18h30.

Trabalho rural temporário

A partir das 11h, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) analisa dez proposições, entre elas o projeto de lei que disciplina o trabalho temporário na área rural.

Comissão de Justiça coloca foto de ACM em galeria de presidentes

A colocação da foto do senador Antonio Carlos Magalhães na Galeria de Presidentes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ocorre às 13h. O senador morreu em julho de 2007, quando exercia o cargo de presidente do colegiado. Antes, às 10h, a comissão

analisa pauta de 19 itens. A primeira proposição é o chamado projeto do sacoleiro, que institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação de mercadorias procedentes do Paraguai por via terrestre. Essa proposição tramita ainda, simultaneamente,

e em regime de urgência, nas comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE). A segunda matéria da pauta visa condicionar a celebração de convênios com pessoas jurídicas de direito privado a prévio processo seletivo.

Exame de avaliação da educação básica em debate na CE

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza, às 10h, audiência pública para instruir a tramitação do projeto (PLS 403/07) que institui o Exame Na-

cional de Avaliação do Magistério da Educação Básica (Enameb). Entre os convidados para o debate, está a vice-presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estadu-

ais de Educação, Mariza Abreu. Também deverá participar da reunião a presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Justina Silva.

Lançamento

Às 19h, o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) lança o livro *ACM – Uma História de Amor à Bahia e ao Brasil*, no Salão Nobre do Senado.

Cartilha do Idoso

Às 15h, o ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, lança no Salão Negro do Congresso a *Cartilha do Idoso – Cidadão Brasileiro*.

CPI dos Cartões

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos se reúne às 9h30 para votação de requerimentos de informações.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Alvaro Dias, Gerson Camata, Papaléo Paes, Geraldo Mesquita Júnior, Jayme Campos e Romeu Tuma

Avançam trabalhos da CPI, que terá acesso a gastos sigilosos com cartões

Os parlamentares da base do governo e opositores chegaram ontem a um acordo de procedimentos sobre o futuro da CPI dos Cartões Corporativos. A presidente da comissão, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), anunciou um entendimento, votado e aprovado por unanimidade na CPI, sobre cinco pontos.

O acordo prevê que a comissão compartilhará informações com o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as auditorias feitas nas contas do governo, inclusive no que diz respeito aos chamados “anexos sigilosos”. Também há acordo para que técnicos do TCU sejam solicitados a fim de auditarem irregularidades levantadas pela CPI. Ficou acertado ainda que os parlamentares pedirão ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) documento que defina o que é ou não é sigiloso nas contas do governo federal. Foi combinada a criação de quatro sub-relatórios: de Sistematização; de Fiscalização de Gastos; de Controle dos Mecanismos de Auditorias; e de Aprimoramento Legislativo.

O último ponto do acordo definiu que os requerimentos que constam da pauta da CPI mista e

que, nas palavras de Marisa Serrano, “são possíveis de serem votados”, serão examinados hoje, às 9h30. Segundo a senadora, há 21 requerimentos nessa condição.

Marisa se disse “muito contente com o resultado” do acordo. Ela destacou que “o embate político continuará, uma vez que o Congresso é uma Casa política”, mas lembrou que todos se dispuseram a ceder um pouco.

– Com esse acordo, a CPI não ganhou uma sobrevida, ganhou uma vida inteira para terminar dentro do tempo previsto.

O senador José Agripino (DEM-RN) observou que os gastos com cartões corporativos diminuíram 60% após a criação da CPI mista. Para Marconi Perillo (PSDB-GO), a possível aprovação de requerimentos na reunião de hoje mostrará se há possibilidade de a comissão obter informações que “levem a respostas sérias e transparentes”. Ele ressaltou esperar que a eleição dos sub-relatores apresente paridade na divisão dos cargos entre governo e oposição. Durante a reunião, o deputado Paulo Teixeira (PT-SP) fez apelo aos opositores para que não seja mais instalada uma CPI sobre o assunto apenas no Senado.



Marisa Serrano preside reunião; a seu lado, Marcelo Melo (E), Luiz Sérgio e Carlos Willian

Relator já tem propostas para mudanças no uso de cartões

O relator da CPI dos Cartões Corporativos, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), anunciou duas sugestões que apresentará em seu relatório final. A primeira é de que apenas um reduzido número de cartões corporativos possa ser usado para saques. A outra é de que o Banco do Brasil use “filtros” na administração desses cartões de forma a impedir, por exemplo, compras em *free shops*.

O deputado disse que dúvidas não esclarecidas de suposto uso irregular de cartões levantadas pela CPI serão encaminhadas, ao fim dos trabalhos, para órgãos de investigação competentes, como

a Controladoria Geral da União (CGU). Luiz Sérgio afirmou ainda que requerimentos pedindo a presença de ex-ministros do governo Fernando Henrique Cardoso devem ficar em suspenso, a não ser que surjam evidências de que eles cometeram irregularidades.

Documentos

Em entrevista, a presidente da CPI, Marisa Serrano, garantiu nunca ter dito que renunciaria ao cargo de presidente da comissão. A senadora afirmou que devem chegar nesta semana ao Congresso mais 700 caixas de documentos do governo para serem analisados pela CPI.

Ministra deverá comparecer à Comissão de Infra-Estrutura para prestar esclarecimento sobre denúncia de que Casa Civil reuniu dados sigilosos sobre gastos de FHC

Dilma é convocada novamente. Desta vez para falar sobre dossiê

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem nova convocação da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para prestar esclarecimentos sobre denúncia de “existência de um dossiê contendo informações do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso”. O requerimento, do senador Mário Couto (PSDB-PA), pede também que a ministra explique as providências adotadas depois da denúncia, detalhe a investigação feita pela Polícia Federal e apresente cópia do “banco de dados” criado pela Casa Civil.



Mário Couto (E) é autor do requerimento de convocação aprovado ontem

– Não sou eu que quero que a ministra venha aqui, mas, sim, a sociedade brasileira, que quer a verdade sobre esse caso – disse Mário Couto.

As convocações de Dilma Rousseff para falar à comissão sobre obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e so-

bre a Usina de Belo Monte estão mantidas. Segundo Jucá, a ministra só deverá comparecer após o dia 29 de abril.

O presidente da CI, Marconi Perillo (PSDB-GO), leu o ofício da ministra colocando-se à disposição do colegiado para falar sobre

os dois assuntos. O senador comunicou que sua assessoria entrou em contato com Dilma para informar que ela tem até 5 de maio para cumprir a convocação sobre o PAC. Caso o prazo não seja respeitado, a ministra pode incorrer em crime de responsabilidade, ressaltou Marconi.

Marconi Perillo considera regimental a decisão

Diante da reação dos líderes governistas (*leia abaixo*), o presidente da CI, Marconi Perillo, manifestou seu entendimento de que a nova convocação da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, à comissão foi regimental, constitucional e contou com quórum suficiente para ser votada e aprovada.

– São matérias vencidas e já deliberadas. Se os líderes gover-

nistas tiverem dúvidas em relação ao requerimento aprovado, devem recorrer ao Plenário da Casa, onde eles têm maioria. Aqui, o despacho foi feito e não cabe esse tipo de recurso – reiterou.

Segundo Marconi, a reunião resultou na manutenção da convocação e na decisão do governo de recorrer. Ele argumentou que a CI tem competência para convocar

Dilma, pois a fiscalização das contas do governo também está na sua alçada.

– O dossiê existiu e foi vazado para tentar intimidar os tucanos. Não deu resultado e a ministra cometeu, aparentemente, uma impropriedade, que pode até ser um crime, e ela tem que se explicar sobre isso. Ela está totalmente acuada – avaliou.

Líderes do governo anunciam que vão recorrer ao Plenário

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), e a líder do Bloco governista, Ideli Salvatti (PT-SC), protestaram contra a nova convocação da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. O assunto, ressaltaram, não é, pelo Regimento do Senado, da competência da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Eles prometeram recorrer ao Plenário.

Para Ideli, a oposição não estava respeitando os colegas da base do governo.

– Tem gente que perde eleição e quer governar, tem gente que não tem voto e quer mandar – afirmou Ideli.

A senadora anunciou que a base governista planeja realizar uma retirada em massa das comissões permanentes e inviabilizar seu funcionamento por falta de quórum, para responder às derrotas sofridas pelos governistas na CI.

Jucá reiterou que a ministra comparecerá à comissão para falar sobre o PAC e que ela responderá, “se quiser”, a qualquer outro assunto. Para ele, a comissão se equivocou e deve corrigir o erro na próxima reunião.

Convocação poderá ser transformada em convite

Após reunião de líderes, o senador Demostenes Torres (DEM-GO) informou que a convocação da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, poderá ser trocada por convite, desde que sua vinda ao Senado tenha data marcada e que a ministra fale sobre o suposto dossiê relativo a gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, de sua esposa, Ruth Cardoso, e de alguns ex-ministros com cartões corporativos.

– Ela até já falou com a imprensa sobre o dossiê. É uma recusa imotivada. Por que não vir ao Senado, que tem a legítima representação popular, para falar sobre isso? A ministra não tem que optar. Pesa sobre ela a acusação de ter confeccionado um dossiê e que foi vazado a partir da Casa Civil da Presidência. Ela tem que falar – sustentou.

Por sua vez, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) aconselhou a base parlamentar do governo a “manter gente de plantão na comissão”, se quiser evitar a aprovação de requerimentos.

– Aqui ninguém trabalha de graça. Se a maioria estivesse lá, não aprovaria. Então, não há desculpas para a falta de trabalho deles – comentou.

Em Brasília, prefeitos pedem rediscussão do pacto federativo, reforma tributária e outras medidas em favor dos municípios

June Araújo



Arlindo Chinaglia (E), Lula, Garibaldi e Dilma Rousseff na abertura da marcha dos prefeitos

Prefeitos pedem e texto sobre precatórios já pode ser votado

Na Presidência do Senado, com a presença de prefeitos e líderes partidários, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) entregou ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Marco Maciel (DEM-PE), seu relatório à proposta de emenda à Constituição (PEC 12/06) que limita os gastos da União, estados e municípios com precatórios – dívidas decorrentes de sentenças judiciais. A votação da PEC é uma das reivindicações da marcha dos prefeitos.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), comprometeu-se a buscar um acordo para apressar a votação do relatório na CCJ nas próximas duas semanas. Garibaldi avaliou que o principal mérito do relator foi priorizar o pagamento

dos precatórios devidos aos maiores de 65 anos. Pelo relatório, os precatórios mais antigos deverão ser pagos primeiro, assim como os de menor valor referentes, principalmente, a dívidas trabalhistas e previdenciárias.

Raupp manteve a proposta de leilão para o pagamento das dívidas, que permite aos devedores oferecerem deságios aos credores. Porém, ele alterou os percentuais da despesa dos entes federativos que deverão ser comprometidos com a quitação dessas dívidas: 2% para União, estados e Distrito Federal, e 1,5% para municípios.

O texto sugere ainda que 60% desses recursos sejam destinados aos leilões para pagamento à vista e 40% para os demais precatórios.

Senadores saúdam prefeitos em Plenário

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), requereu voto de aplauso do Senado à Confederação Nacional dos Municípios (CNM) pela realização da marcha dos prefeitos.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) saudou os milhares de prefeitos que participam da marcha. De acordo com ela, a reforma tributária e a discussão

do pacto federativo são destaques do evento. Conforme Lúcia Vânia, nesse sentido, será apresentado estudo da CNM segundo o qual os municípios perderão recursos com as novas regras de vinculação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) previstas na proposta de reforma tributária do governo federal.

Garibaldi: ajuda do Congresso poderia ser maior sem MPs

“Não há democracia com um Congresso manietado pelas medidas provisórias [MPs]”. A afirmação foi feita pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, na abertura da 11ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

– Não se pode trancar a pauta do Senado e da Câmara como acontece hoje. Muitas proposições foram relacionadas aqui para serem votadas. Quantas outras não teriam sido se as pautas não vivessem trancadas por medidas provisórias? – registrou Garibaldi.

Garibaldi disse que não pode estabelecer prazo para examinar a proposta de reforma tributária enviada pelo governo ao Congresso e à regulamentação da Emenda Constitucional 29, que redefine os percentuais orçamentários destinados pela União, por estados e municípios aos serviços de saúde.

– Se vocês me perguntarem quando vai ser votado, não sei,

porque a pauta vive trancada.

Lula respondeu que não haveria impedimento, de sua parte, para o Congresso regulamentar as MPs da melhor forma possível, mas ponderou que mudanças dependem de alterações nos regimentos da Câmara e do Senado.

– Precisamos encontrar um ponto de equilíbrio que permita que o Congresso se sinta confortável e, ao mesmo tempo, o governo possa governar este país – acrescentou o presidente Lula.

Mais tarde, ao receber prefeitos do Rio Grande do Norte, Garibaldi voltou ao assunto.

– De que adianta o governo enviar uma MP de abertura de crédito, se quando votamos o dinheiro já foi gasto? Nenhuma câmara municipal aceitaria fazer esse papel – afirmou.

Para Garibaldi, cabe à base governista encontrar uma proposta para mudar o rito das MPs.

Gerardo Magela



Nome de Mário Rodrigues Júnior recebeu parecer favorável da CI

Indicação para diretor da ANTT vai ao Plenário

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem a indicação do engenheiro Mário Rodrigues Júnior para o cargo de diretor na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A mensagem presidencial vai ao agora ao Plenário.

Também foi acolhido requerimento do senador Heráclito Fortes (DEM-PI) convidando autoridades do Ministério da Agricultura, da Polícia Federal, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Ibama e do Comando do Exército para debate sobre projeto (PLS 327/06) que modifica a lei aduaneira.

Subcomissão visitará município de Tailândia

Integrantes da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia participam hoje de reunião na Assembléia Legislativa do Pará. A programação dos senadores inclui visitas amanhã e na sexta-feira aos municípios de Tailândia, Paragominas e Breves.

A subcomissão vai realizar audiências sobre a compra de terras na Amazônia por estrangeiros e fazer diligências nos municípios onde há mais desmatamento.

Continua impasse sobre nova regulamentação de medidas

A reunião da comissão especial da Câmara sobre a regulamentação de medidas provisórias foi encerrada ontem sem acordo. Um novo encontro para tratar do assunto foi marcado para hoje, às 8h30.

Os governistas cederam quanto à manutenção do prazo de 120 dias para a tramitação das MPs – o deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ) havia proposto estender esse período para até 175

dias, a fim de garantir 45 dias de análise para o Senado.

A oposição, por sua vez, concordou com a exigência de maioria absoluta para aprovação de requerimento de inversão de pauta para permitir que a MP não lidere a lista das votações.

No entanto, ainda há pontos de divergência, principalmente no que diz respeito às MPs que tratam da abertura de créditos extraordinários.

Leopoldo Silva



Pratibha Patil sugeriu iniciativas para estreitar a relação entre Índia e Brasil

Presidente da Índia visita o Senado

Ao recepcionar a presidente da Índia, Pratibha Patil, o presidente do Senado disse que sua presença contribuirá para aproximar os parlamentos dos dois países. Garibaldi ainda apoiou a criação do grupo parlamentar Brasil-Índia.

O senador comemorou a sintonia entre Brasil e Índia em instâncias internacionais, como o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Assim como o Brasil, a Índia pleiteia um

assento permanente no órgão.

Mais tarde, Pratibha Patil discursou em Plenário, quando ressaltou que a melhoria das condições de vida de seu povo, e também dos brasileiros, somente será possível se o desenvolvimento se der de maneira rápida e inclusiva, com democracia. Ela referiu-se ao tamanho das economias de Índia e Brasil, a suas altas taxas de crescimento e ao incremento do comércio bilateral.

Preparação para fórum mundial

A Subcomissão Temporária para o 5º Fórum Mundial da Água – no próximo ano, em Istambul – aprovou ontem seu roteiro de trabalho. O programa inclui diligência para verificar, *in loco*, os serviços de conservação do pantanal sul-mato-grossense e a participação no 1º Fórum Interamericano de Abastecimento de Água e Serviços de Saneamento, de 12 a 13 de setembro, em Santiago.

CAE cria subcomissão para analisar repartição de *royalties* do petróleo

Uma subcomissão vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) terá 60 dias para apresentar estudo sobre a repartição dos *royalties* provenientes da atividade de exploração petrolífera. A proposta foi feita por Renato Casagrande (PSB-ES), ontem, na reunião da CAE. Na ocasião, senadores, especialmente de São Paulo e Espírito Santo, defenderam novo critério de distribuição dos *royalties*.

Para o presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), os critérios de repartição estão desatualizados e “não são justos”, beneficiando exageradamente o estado do Rio de Janeiro. Um novo princípio, disse, deve beneficiar mais municípios brasileiros, especialmente os mais pobres. No Rio de Janeiro, observou Mercadante, apenas nove cidades recebem 61% dos recursos dos *royalties*, “enquanto municípios limítrofes

não são aquinhoados sequer com um centavo”. Ele defendeu a aplicação do benefício em políticas públicas para atender populações mais carentes.

Pelo Espírito Santo, os senadores Gerson Camata (PMDB) e Renato Casagrande, também defendem a mudança da repartição de *royalties*. Camata avaliou que as projeções das divisas do Espírito Santo mar adentro estão erradas, o que beneficia o Rio de Janeiro.

– Basta mudar dois graus nessas projeções para que as receitas do Espírito Santo praticamente dobrem – exemplificou.

Apesar de ser favorável à mudança dos critérios, Camata argumenta que, aqueles relativos aos municípios, estão corretos.

João Pedro (PT-AM) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) acompanharam os colegas e pediram uma nova lei sobre o tema.

Senadores do Rio defendem atuais critérios para divisão do benefício

Os senadores pelo Rio de Janeiro presentes à CAE reagiram às críticas às atuais regras de distribuição dos *royalties* do petróleo.

Francisco Dornelles (PP-RJ) disse que Mercadante sempre menciona o Rio, “como se ele quisesse tirar do estado algo que está constitucionalmente previsto”. Dornelles observou que, de acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF), somente uma proposta de emenda à Constituição poderá alterar a lei, já que a distribuição é regida por dispositivo constitucional.

Ao afirmar que os *royalties* “são fundamentais para a economia do Rio de Janeiro”, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) contrapôs à divisão dos *royalties* a repartição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

– O estado de São Paulo é

extremamente beneficiado pelo ICMS do petróleo, porque esse imposto incide sobre o refino e São Paulo é o maior refinador do país – frisou.

A discussão envolve o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) porque, quando uma jazida se estende por mais de um estado, é o IBGE que determina qual parcela das reservas – e dos *royalties* – cabe a cada estado.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) manifestou preocupação quanto à diminuição dos lucros da Petrobras nos últimos anos e quanto ao fato de a produção estar 5% aquém das metas estabelecidas para este ano. Em resposta, Guilherme Estrella, diretor de exploração e produção da estatal, salientou que o percentual está dentro da previsão.

Confirmação, ou não, de reserva de 33 bilhões de barris de petróleo na bacia de Santos só poderá ocorrer daqui a três meses, segundo Guilherme Estrella, da Petrobras



Haroldo Lima, entre Mercadante (E) e Guilherme Estrella, afirma que apenas reproduziu a informação de uma revista especializada

Diretor da Petrobras nega existência de megacampo

O diretor do Departamento de Exploração e Produção da Petrobras, Guilherme Estrella, não confirmou, em entrevista ontem, a existência de um novo megacampo de petróleo na bacia de Santos. A nova reserva havia sido mencionada no dia anterior pelo diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Haroldo Lima.

– Vai demorar um pouco para confirmar isso. Ainda estamos no processo de avaliação da descoberta e só poderemos estimar seu volume após esse período de avaliação – disse ele, logo após participar de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Guilherme Estrella ressaltou que “não há nada de técnico ou de concreto” nas informações

sobre o suposto megacampo, que, se confirmado, teria reservas de até 33 bilhões de barris de petróleo (cinco vezes maior que o potencial estimado para o campo de Tupi) e seria, assim, uma das maiores jazidas do planeta.

Questionado sobre quando a Petrobras terá as primeiras estimativas sobre o novo campo, Guilherme Estrella avaliou que esse período seria de três meses.

“Não fiz anúncio algum”, esclarece Haroldo Lima

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Haroldo Lima, negou ter anunciado a descoberta de um novo megacampo de petróleo na bacia de Santos. Ele alegou que, ao responder a perguntas de jornalistas, apenas citou dados publicados em fevereiro por uma revista especializada norte-americana, a *World Oil*.

– Não fiz anúncio algum. Não usei essa palavra [anúncio] em momento algum – disse, durante audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Conforme o senador Francisco Dornelles (PP-RJ), no entanto, as afirmações foram “perigosas” e motivaram alta nas ações da Petrobras. Para ele, declarações do diretor da ANP são diferentes

“de uma informação dada por uma revista ou por uma pessoa em um botequim”. Já Renato Casagrande (PSB-ES) frisou que “a repercussão da entrevista foi muito mais forte do que aquilo efetivamente dito”. O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) também defendeu Haroldo Lima, avaliando os dados por ele apresentados como “públicos e notórios”.

Comissão de Educação aprova Estatuto do Garimpeiro

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem parecer favorável ao projeto do Executivo (PLC 15/08) que institui o Estatuto do Garimpeiro. O relator, João Ribeiro (PR-TO), pediu urgência para votação da matéria em Plenário.

O texto estabelece que o garimpeiro terá direito de venda direta para o consumidor final, desde que comprove a titularidade da área de onde o minério foi extraído. O garimpeiro terá também que recu-

perar as áreas degradadas, muitas vezes regiões de grande valor ambiental, como a Amazônia.

A comissão acolheu ainda relatório de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) favorável a emenda da Câmara dos Deputados a projeto de Gerson Camata (PMDB-ES) que institui o Dia Nacional do Imigrante Italiano (PLS 340/99), celebrado em 21 de fevereiro. A matéria vai para Plenário com pedido de urgência.

Também foram aprovados rela-

tório de Marconi Perillo (PSDB-GO), favorável a projeto (PLC 124/07) que inscreve o nome do general Joaquim Xavier Curado no *Livro dos Heróis da Pátria*, e requerimento para realização de debate sobre as fundações universitárias. Sibá Machado (PT-AC) solicitou o adiamento da votação do projeto que torna a filosofia e a sociologia disciplinas obrigatórias do ensino médio e, por isso, foi verbalmente agredido por manifestantes que defendem a proposta.



Flávio Arns (E) preside reunião da CE que enviou ao Plenário a criação do Dia do Imigrante Italiano

Projeto de lei enviado ontem pelo Executivo ao Congresso Nacional repete, para 2009, a meta deste ano de superávit fiscal de 3,8% e crescimento de 5% do produto interno bruto

LDO prevê que o salário mínimo pode chegar a R\$ 453,67 no próximo ano

A Mesa do Congresso recebeu ontem o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2009, que baliza o Orçamento do próximo ano. O projeto trabalha com um cenário conservador, mantendo metas deste ano, como superávit fiscal do setor público de 3,8% e crescimento do produto interno bruto (PIB) de 5%.

O texto prevê que o salário mínimo pode chegar a R\$ 453,67 em fevereiro de 2009, se aprovada nova regra de reajuste com base na inflação medida pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) acumulado no período, acrescida da variação real do PIB com defasagem de dois anos. O projeto com

o novo critério de aumento do mínimo (PLC 42/07) retornou à Câmara depois de ser modificado no Senado no último dia 9 por emenda de Paulo Paim (PT-RS), que estendeu a mesma regra para atualizar aposentadorias e pensões. Se não for aprovado, o salário mínimo poderá ser de R\$ 449,97, com base na regra atual de reajuste.

A LDO traz algumas inovações. Está previsto mecanismo preventivo para o caso de o Congresso não aprovar a lei orçamentária até 22 de dezembro de 2008. Nesse caso, o governo poderia executar 3/12 das despesas sobre as quais pode decidir (chamadas discricionárias), mesmo

sem ter Orçamento aprovado. Algumas despesas, como as de bolsas de estudo, residência médica, estagiários, contratações temporárias e ações na área de Defesa Civil, não seriam submetidas a esse limite.

Outra providência é a simplificação da LDO. A idéia é colocar em projetos de lei ordinária ou complementar assuntos de caráter permanente e que não precisam ser repetidos anualmente na LDO, como medidas de transparência fiscal. Também estão previstas leis específicas para incluir dotações no Orçamento para pagar precatórios e aumento de despesas obrigatórias.

Agripino quer apoio a vítimas da cheia no Rio Grande do Norte

O líder do DEM, José Agripino (RN), chamou a atenção do governo para a situação dos pequenos produtores rurais do Rio Grande do Norte, cujas propriedades foram atingidas pelas cheias decorrentes das chuvas, principalmente nas regiões dos vales dos rios Açu e Apodi.

Segundo o senador, depois de terem suas propriedades devastadas e contabilizarem perdas de suas casas, plan-

tações e criação de animais, algumas famílias também estão tendo dívidas executadas pelos bancos, por empréstimos contraídos. Ele exigiu que tais execuções sejam suspensas.

Agripino disse ainda que pequenos produtores reunidos para as eleições do sindicato rural do estado queixaram-se do pouco caso com que as autoridades vêm tratando o problema das cheias.

Rosalba pede suspensão de dívidas de agricultores

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) pediu ao presidente Lula que determine a imediata suspensão de cobranças de empréstimos bancários devidos por agricultores do Nordeste afetados pelas enchentes.

A senadora afirmou que os prefeitos dos municípios atingidos pela chuva até agora não receberam nenhuma verba

oriunda da medida provisória que destinou R\$ 540 milhões para atender as vítimas das cheias (MP 423/08).

Rosalba solicitou ainda que o governo trate os pequenos e médios agricultores do Nordeste de forma diferenciada na renegociação de dívidas rurais em discussão nos ministérios da Agricultura e da Fazenda.

Jayme Campos critica declaração do ministro do Planejamento

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, recebeu críticas de Jayme Campos (DEM-MT) por se posicionar contra dois projetos de Paulo Paim (PT-RS), aprovados no Senado na semana passada, que beneficiam aposentados e pensionistas do INSS.

Em matéria publicada pelo jornal *O Globo*, o ministro recomenda aos deputados cautela na análise da proposta que determina o

fim do fator previdenciário e considera “irresponsável e insustentável” a aprovação do outro projeto, que estende a aposentadorias e pensões os aumentos do salário mínimo.

– Além de deselegante, por se tratar de matéria vencida nesta Casa, a argumentação do ministro está eivada de preconceitos contra uma classe que já contribuiu muito com o desenvolvimento do país.

Sibá: 200 anos do Judiciário independente

Ao festejar os 200 anos do Poder Judiciário independente no Brasil, comemorados pela manhã em sessão solene do Congresso, Sibá Machado (PT-AC) afirmou que o Judiciário é sempre “o menos perigoso” para os direitos políticos previstos na Constituição.

Citando Alexander Hamilton, um dos fundadores dos Estados Unidos, o senador observou que o Judiciário se impõe pela autoridade moral de seus pronunciamentos.

Sibá lembrou que a comemoração do Judiciário independente no país refere-se a 10 de maio de 1808, data em que o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro foi elevado à condição de Casa da Suplicação do Brasil.



Parlamentares discutem, na sessão conjunta, rejeições a propostas

Congresso examina vetos presidenciais a 34 projetos

O Congresso Nacional examinou ontem nove vetos totais e 25 parciais feitos pelo presidente da República em 34 projetos de lei aprovados pelo Poder Legislativo. Ao todo, 97 dispositivos foram votados por 408 deputados e 54 senadores.

– É um resultado muito expressivo para o trabalho que está sendo desenvolvido por todos, inclusive pelos funcionários das duas Casas, que simpaticamente permanecem aqui de prontidão – afirmou o presidente do Senado e do Congresso, Garibaldi Alves Filho.

A apuração está a cargo do Prodasen, que tem 48 horas para divulgar o resultado. Para derrubar um veto, há necessidade do voto da maioria absoluta dos integrantes de cada Casa do Congresso, ou seja, 257 deputados e 41 senadores. No último dia 27, o Congresso manteve todos os 74 vetos analisados.

O 1º secretário da Câmara, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), leu na sessão de ontem do Congresso os vetos 4, 5 e 6, de 2008. O veto 4 refere-se à supressão de artigo da lei de reconhecimento das centrais sindicais que trata da fiscalização, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), dos recursos do imposto sindical.

Reforma política

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) apresentou, durante a sessão conjunta, requerimento para que seja criada comissão mista a fim de elaborar projetos de reforma política. Na opinião do parlamentar, a discussão deve ocorrer ainda este ano, de modo a evitar “a contaminação do debate” pela proximidade das eleições de 2010.

CPI enviará lista de ONGs suspeitas ao Banco Central

A Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais (CPI das ONGs) vai enviar uma relação de ONGs suspeitas de terem recebido irregularmente recursos do exterior ao Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação do Banco Central (Desig), para rastreamento de dados. A decisão foi tomada ontem pelo presidente da CPI, Raimundo Colombo (DEM-SC), e pelo relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), após terem colhido depoimento do chefe do Desig, Cornélio Farias Pimentel.

Pimentel informou que toda operação de troca de moeda recebida do exterior ou mesmo enviada a outro país tem de passar obrigatoriamente pelo Banco Central, mas disse que, “por ter um cadastro único e sem identificação específica”, a instituição não tem condições de enviar à CPI uma relação com todas as ONGs que recebem recursos do exterior. “Nosso sistema registra somente o CNPJ e o nome da empresa”, explicou.

Também ontem, foi confirmado para o dia 22 o depoimento do diretor-executivo da Editora Universidade de Brasília, Alexandre Lima, após junta médica do Senado ter considerado que o depoente tem condições de comparecer à comissão de inquérito. Colombo informou que na reunião do dia 22 também serão votados requerimentos, entre os quais o que trata da realização de acareação entre o presidente do Conselho Superior da Finatec, Antônio Manoel Dias Henriques, e um representante do Ministério Público.



Cornélio Pimentel, Colombo e Inácio Arruda (D) na CPI das ONGs

Fotos: Leopoldo Silva



João Pedro: agradecimento ao ministro da Saúde e à Funasa

João Pedro elogia atendimento à saúde de índios

João Pedro (PT-AM) elogiou o Ministério da Saúde e a Funasa pelo envio de um navio-hospital da Marinha ao rio Javari – na fronteira com o Peru – para prestar assistência a cerca de mil índios.

– Estivemos conversando com o ministro José Gomes Temporão e com as autoridades da Funasa, e fomos atendidos. Serão enviados cerca de 40 profissionais, entre médicos, enfermeiros e biólogos da Marinha, da Aeronáutica e do Exército. Quero agradecer também aos prefeitos de Tabatinga e Atalaia do Norte pelo que estamos conseguindo.



Carlos Dunga destaca a trajetória do ex-senador

Carlos Dunga homenageia Humberto Lucena

Carlos Dunga (PTB-PB) homenageou em discurso o ex-presidente do Senado Humberto Lucena, falecido há dez anos. “Não é supérfluo nem demasiado ressaltar sua memória e destacar seu legado de luta pela democracia e liberdade do país”, disse.

O senador lembrou a trajetória política de Humberto Lucena, que foi deputado estadual por duas vezes, deputado federal por quatro vezes e cumpria o terceiro mandato no Senado quando morreu.

Ao responder a declaração de relator da ONU, senador afirma que, devido à extensão territorial do Brasil, a produção de alimentos não será comprometida

Defensores do petróleo são os críticos do biocombustível, diz Osmar Dias

As opiniões contrárias à produção dos biocombustíveis – sob o argumento de que estariam roubando espaço dos alimentos nas lavouras, o que poderá levar o mundo à guerra – são patrocinadas por quem produz petróleo. Essa é a análise do senador Osmar Dias (PDT-PR), externada ontem em Plenário.

– São discursos que atendem a interesses de quem quer continuar vendendo petróleo a preço de ouro, e o Brasil não pode se curvar a quem defende esses interesses.

O parlamentar considerou “infeliz” a declaração do relator especial



Osmar Dias: produção de biocombustível poderá aumentar ainda mais

da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, que condenou o etanol e propôs moratória de cinco anos na produção de biocombustíveis obtidos

a partir de plantas alimentícias. O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial têm opinião parecida. Para Osmar Dias, a declaração é um “exagero”, e o país, com sua extensão territorial, é capaz de produzir tanto alimentos quanto biocombustíveis.

– O Brasil produz quase 1 bilhão de litros de biodiesel, tem capacidade para produzir 3 bilhões, e ninguém pode dizer que diminuiu a produção de alimentos. Este ano, a expectativa é de produzirmos 140 milhões de toneladas. E basta uma alteração na política do setor produtivo para chegarmos a 200 milhões de toneladas.

Kátia quer informações sobre irrigação no Tocantins

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) apresentou requerimento solicitando do ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, informações a respeito da destinação de verbas para projetos de irrigação nos municípios de Sampaio e Porto Nacional, no Tocantins. Segundo a parlamentar, os dois projetos estão atrasados, inclusive em relação ao Programa de Perenização e Aproveitamento das Águas do Tocantins (Propertins), iniciado em 2007.

Kátia Abreu também anunciou que será a relatora da medida provisória (MP

412/07) que estabelece incentivos fiscais para investimentos em aumento e melhoria dos portos. Ela adiantou já ter elaborado emendas à matéria – atualmente em tramitação na Câmara –, de modo a estender os incentivos aos portos mistos, ou seja, construídos por particulares para utilização privada e pública.

Segundo a senadora, a MP precisa ser aperfeiçoada. Para tanto, já está em negociações com a Casa Civil, visando, por exemplo, à inclusão dos chamados portos secos no regime do Reporto.



Kátia Abreu anuncia que relatará MP com incentivos para portos

Duque alerta contra possível excesso em reparação a vítimas



Paulo Duque: valores milionários atraem inúmeros advogados

O senador Paulo Duque (PMDB-RJ) alertou da tribuna para possíveis excessos no pagamento de indenizações, pela União, a pessoas consideradas vítimas do regime militar. Segundo declarou o parlamentar do Rio de Janeiro, as cifras movimentadas nessas ações milionárias têm despertado a cobiça de inúmeros advogados, que, no seu

entendimento, estão ganhando mais dinheiro que seus clientes.

Na opinião do senador, caso a União continue acatando ordens judiciais para pagar tais indenizações, muitos outros interessados, incluindo famílias de combatentes de guerras, levantes ou revoluções, acabarão por reclamar também seus direitos, levando o país a um impasse.

Expedito Júnior critica valor de indenizações a cartunistas



Projeto de Expedito Júnior muda forma de conceder os benefícios

Expedito Júnior (PR-RO) criticou ontem as indenizações concedidas pela Comissão de Anistia aos cartunistas Ziraldo e Jaguar, que receberam R\$ 1.027.383 e R\$ 1.000.253, respectivamente, além de prestação mensal permanente e contínua de R\$ 4.375, 88, cada um.

– Em um país tão carente de recursos para a saúde, saneamento e tantas outras coisas, assusta quando vemos indenizações de 100 mil reais para cada caso que é levado ao exame daquela comissão, e agora vemos essas de mais de R\$ 1 milhão – declarou.

Expedito Júnior informou que projeto de lei de sua autoria (PLS 517/07), em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pretende tornar mais transparentes as decisões da Comissão de Anistia.



Azeredo: partido que está no governo incentivava greves

Azeredo aponta contradições do PT no governo

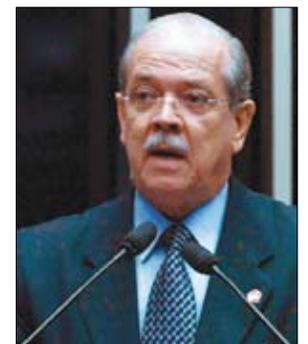
O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apontou o que chamou de “contradições” do PT no poder: quando oposição, criticava governos que se propunham a cortar o ponto de grevistas, e agora o Ministério do Planejamento anuncia a decisão de cortar o ponto de auditores da Receita, advogados da Advocacia Geral da União e procuradores federais em greve.

– O PT sempre incentivou as greves, brigou com muitos partidos quando governo e criticava o corte do ponto em momentos de impasse.

César Borges lamenta a morte de Eraldo Tinoco

César Borges (PR-BA) apresentou voto de pesar pela morte, na madrugada de ontem, do ex-deputado e ex-ministro Eraldo Tinoco, aos 64 anos de idade. Tinoco foi ministro da Educação no governo Collor, vice-governador da Bahia e deputado federal por cinco mandatos, além de secretário estadual por quatro vezes.

Segundo César Borges, Eraldo Tinoco contribuiu de maneira decisiva para a melhoria da qualidade da educação no estado da Bahia.



César Borges afirma que político melhorou a educação na Bahia



Geraldino Maggela

Paim lamenta discriminação socioeconômica à mulher negra

Ao comentar dados do Atlas Racial Brasileiro, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o senador Paulo Paim (PT-RS) lamentou que o estudo leve à constatação do grande distanciamento ainda existente entre as mulheres negras e as

de outras raças, no Brasil, em termos de conquistas socioeconômicas.

Após registrar sua participação no Fórum Mulheres Brasil-África e seus Desafios neste Milênio, Paim apontou esse resquício como um dos temas marcantes do debate que se realizou em Brasília.

Paim comenta dados do Atlas Racial Brasileiro, do Pnud



Geraldino Maggela

Camata destaca benefícios do café para a memória

Ao registrar a comemoração do Dia Internacional do Café, ocorrida ontem, Gerson Camata (PMDB-ES) ressaltou os efeitos benéficos da bebida no aumento da capacidade de atenção, concentração e formação de memória.

O senador também apon-

tou o fato, comprovado por pesquisas, de que o café mantém suas propriedades quando misturado ao leite. E defendeu projeto de lei de sua autoria que inclui o café com leite no cardápio das escolas beneficiadas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Camata defende inclusão do café com leite no cardápio das escolas

Parnaíba deve perder sua ZPE, diz Mão Santa

Mão Santa (PMDB-PI) afirmou ontem que Parnaíba (PI) “deve perder” a sua zona de processamento de exportação (ZPE), já que o governo estadual “não fez nada” para sua concretização. Ele disse que o prazo vai até o dia 20 de julho.

Atendendo a pedido de informações do senador, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informou que o governo do Piauí não deu entrada em documentação para concretizar a ZPE.

– Quando reivindicaram a ZPE, disseram que Parnaíba tinha aeroporto internacional. Nem teco-teco anda descendo por lá. O aeroporto é usado só em emergência, quando um grande avião não consegue pousar em Fortaleza – frisou o senador.

Papaléo pede apoio à campanha da CNBB para moralizar a política

Senador destaca que conferência de bispos está recolhendo assinaturas para apresentar projeto de iniciativa popular proibindo candidatura de pessoas envolvidas em atividades criminosas

Um novo projeto de lei de iniciativa popular com o objetivo de melhorar a qualidade da classe política foi anunciado durante a 46ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que terminou na última sexta-feira.

A proposta recebeu elogios de Papaléo Paes (PSDB-AP). Segundo o senador, a CNBB objetiva proibir a candidatura de pessoas envolvidas em atividades criminosas, ainda



Geraldino Maggela

Papaléo elogia iniciativa e declarações da entidade

que não tenham sido condenadas em sentença definitiva. Outra proibição prevista no projeto é a candidatura daqueles que renunciarem a mandatos parlamentares

com o intuito de escapar de punições legais.

De acordo com Papaléo, o projeto foi elaborado pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), do qual fazem parte a CNBB, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), além de 29 outras entida-

des. No momento, a CNBB e seus parceiros do MCCE buscam reunir 1 milhão e 200 mil assinaturas de apoio à proposta – número mínimo necessário para que ela seja protocolada na Câmara.

O senador ressaltou ainda as declarações emitidas pela CNBB ao final do encontro, entre elas a que conclama a comunidade a realizar debates sobre os programas dos partidos e sobre os perfis dos candidatos às próximas eleições municipais.



Leopoldo Silva

Alvaro argumenta que patamar atual já é uma “anomalia”

Alvaro recomenda cautela na decisão sobre a taxa Selic

Alvaro Dias (PSDB-PR), recomendou cautela ao Comitê de Política Monetária (Copom), que se reúne hoje para definir o novo percentual da taxa de juros básica da economia, a Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) – atualmente em 11,25% ao ano.

Há a expectativa de elevação da taxa de juros, para conter eventuais pressões inflacionárias, mas, na opinião do senador, o patamar atual já é uma “anomalia”, tendo em vista a crescente onda de redução dessas taxas nas economias mundiais.

Como alternativa a esse controle, o Brasil, acrescentou o parlamentar, deve priorizar o investimento, com desoneração na tributação, reduzir os custos trabalhistas e aprimorar leis muitas vezes antiquadas.

Lei de Imprensa precisa ser atualizada, afirma Mesquita Júnior

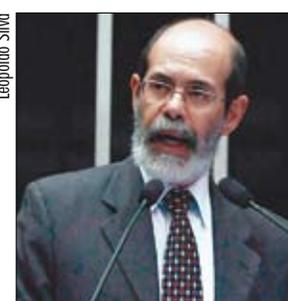
A reformulação da Lei de Imprensa (Lei 5.250/67) foi defendida por Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) como forma de “conciliar a norma com o amadurecimento da democracia no Brasil”.

O senador disse que acompanha a tramitação de ação movida pelo deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) no

Supremo Tribunal Federal (STF), que, em ação liminar, suspendeu 20 artigos da Lei 5.250/67.

– A Lei de Imprensa contém dispositivos que não mais refletem o estágio atual das relações entre sociedade e imprensa no país. Mas a pura e simples extinção dessa lei, sem sua substituição por uma norma

alternativa, não resolverá o problema. Precisamos de uma lei que reflita nosso compromisso com a liberdade de expressão, salvaguardada pela Constituição, e que, ao mesmo tempo, estabeleça as responsabilidades decorrentes da atividade jornalística, as punições para os casos de abusos – argumentou.



Leopoldo Silva

Mesquita Júnior diz que lei deve refletir o momento da democracia

Leopoldo Silva



Mão Santa: falta de documentação pode inviabilizar empreendimento

Ideli cobra cumprimento de acordo sobre mudança no ISS

A líder do Bloco de Apoio ao Governo no Senado, Ideli Salvatti (PT-SC), pediu ontem ao líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que retire o requerimento para votação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do projeto de lei do Senado (PLS 266/07) que

trata da cobrança de ISS nas operações de leasing.

– Trata-se de assunto muito importante para os municípios, porque o ISS é uma relevante fonte arrecadadora, e eu apelo ao senador Arthur Virgílio para que cumpra o que combinamos – disse Ideli Salvatti.



Leopoldo Silva

Projeto é muito importante para os municípios, enfatiza Ideli

Valadares: Aracaju é a cidade com melhor qualidade de vida no país

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) saudou a tribuna a escolha de Aracaju como a cidade brasileira com a melhor qualidade de vida, conforme pesquisa recente do Ministério da Saúde sobre as cidades que se destacam na manutenção de hábitos saudáveis pela população.

O senador disse que duas iniciativas da prefeitura local contribuíram para reforçar a escolha pelo ministério: o programa Academia da Cidade, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe, e a rede de ciclovias da capital, com quase 40 quilômetros de extensão.



Leopoldo Silva

Valadares destaca ciclovias com 40km de extensão na capital